

V. Gen. Brasil

28 JAN 1987

CORREIO BRAZILIENSE

Razões para mudanças

Um país com as dimensões continentais apresentadas pelo Brasil, com as diversificações extremas de clima, de solo e de regime de chuvas, aliadas à diferenciação dos graus de pobreza de seu povo, deve, necessariamente, apresentar uma dinâmica de crescimento montada sobre parâmetros de grande desigualdade. São diferentes as forças que atuam nos setores da produção, da transformação, da comercialização e dos serviços. Conflitantes e contraditórias, conseqüentemente são as resultantes do desenvolvimento econômico e social, apresentando valores que não são regulares, nem afins. Muito pelo contrário, refletem na sua disparidade uma realidade contristadora de país em estágio de sedimentação econômica e de eferescência Social.

As amostragens aí estão. Até fevereiro de 1986 o Brasil experimentou um período de muitas dificuldades, com a inflação registrando mensalmente dois dígitos e já indicando alcançar patamares superiores a quatrocentos por cento anuais, exigindo, por isso mesmo, a edição do Plano Cruzado, com a decretação do congelamento dos salários e dos preços. Os resultados imediatos foram auspiciosos. A economia refez-se do processo de deterioração que a anemizava e rapidamente acomodou-se em níveis próximos de zero.

As dimensões do fenômeno que estava sendo corrigido, no entanto, fizeram crescer as resistências ao congelamento. Aos poucos as exceções começaram a predominar sobre as regras. Os estoques de reposição deixaram de ser supridos, iniciando-se o estágio do esvaziamento das prateleiras, num prenúncio que fez o povo

sentir logo que a guerra estava sendo perdida. O ágio, em princípio surgindo timidamente, passou a dominar a cena do cotidiano, com a escassez dos bens de consumo sendo combatida com todas as armas disponíveis, inclusive a importação substancial de alimentos do exterior, com o Governo tentando contornar uma situação que aos poucos se apresentou penosa para o público.

Os sintomas de emergência, reclamando medidas de ajuste nos preços e nos salários, não foram devidamente avaliados. Os erros em processo cumulativo, afinal, determinaram a ruptura das bases do "Plano Cruzado", exigindo-se uma revisão de base que resultou no "Cruzado II". A demanda, persistindo, acabou por desarrumar a estrutura do abastecimento. Indispensável agir.

A defasagem das tarifas dos serviços públicos, os preços que já estavam em posição deteriorada ao ser baixado o Plano Cruzado e a súbita elevação dos juros, ganhando em curtíssimo prazo posições aquecidas, numa total indiferença aos esforços conjuntos que tentavam manter a inflação em patamares de apenas um dígito completaram o quadro de urgências. Hoje, ganhando uma desenvoltura de 420 por cento ao ano, os juros denotam uma alarmante distorção que não pode ser mantida, sem enérgica resposta conjunta, onde se busque uma harmonia que não pode deixar de ser procurada a todo pano.

De novo vale a pena lembrar o painel de contradições das bases sociais e econômicas, projetando, sobre cada uma das ordens que dão unidade ao desenvolvimento normal de um país, fatores de desestabilização que não podem permanecer autônomos nos respectivos comportamentos.

Novos conceitos, novos propósitos, novas abordagens estarão sendo postos em ação, com a finalidade de reordenar a vida brasileira, conferindo uma unidade que se está perdendo e concentrando objetivos ora dispersos nas diversas ilhas em que o País vem sendo dividido.

Os propósitos das autoridades financeiras estão delineados com obstinação através dos instrumentos que serão mobilizados. O realinhamento dos preços vai recompor as bases econômicas do mercado, permanecendo liberado do congelamento, porém ganhando um sistema de vigilância superintendido pelo Conselho Interministerial de Preços. O tabelamento vai se limitar a um conjunto de cem itens no máximo, com tendências a reduzir a sua importância até anular-se por inteiro. As leis da oferta e da procura voltam a predominar.

Em termos de política salarial, embora ainda estejam sem maiores definições em suas linhas de ação, é certo e sabido que uma matriz de acompanhamento com a escalada de preços deverá ser estruturada, com a escala móvel ainda sob análise para verificação de sua capacidade de adaptação à política de combate à inflação.

O esperado, por isso mesmo, é uma revisão ampla em termos conceituais e operacionais. O compasso de espera se prolonga em razão das certezas de que o Poder Público precisa investir-se para errar menos e acertar mais, sobretudo a partir da consciência que o domina da necessidade de recuperar-se perante a opinião pública num resgate que a Nova República não pode deixar de promover. Pela sua identidade com o povo e pelos seus compromissos com a democracia.